

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2010

VOLUME I

A LUTA CONTRA O PRECONCEITO RACIAL NO CONTEXTO ESCOLAR POR MEIO DA MÚSICA BRASILEIRA

¹ Autora: *Marcia Aparecida Rosa*

² Orientador: *Flávio Massami Martins Ruckstadter*

RESUMO

O tema deste artigo foi desenvolvido no projeto PDE e propõe uma abordagem crítica sobre o preconceito e a discriminação racial utilizando a “música brasileira” como recurso didático nas aulas de História. Tendo em vista que a música é uma manifestação cultural comum a todas as culturas e sociedades, expor a relevância das músicas como fontes históricas de modo a questionar o preconceito racial, ainda presente em nossa sociedade, pode ser uma atividade didática bastante significativa, pois possibilita ao aluno, cidadão em formação, uma percepção diferenciada sobre seu próprio papel social de repúdio a toda e qualquer forma de discriminação. A obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar da educação básica, ancorados pela Lei nº 10639, contribui para a discussão deste tema, uma vez que as escolas ainda necessitam melhorar a convivência com os sujeitos pluriétnicos, inseridos no contexto escolar, efetivando esta notável diversidade cultural no interior das escolas. A música como recurso didático deste projeto proporcionou melhor compreensão e análise do preconceito, retratado em suas letras. Esta proposta de intervenção escolar foi implementada no segundo semestre de dois mil e onze, com alunos do 1º ano do Ensino Médio, no Colégio Estadual Silvio Tavares, na cidade de Cambará, PR, sendo objetivo deste abordar o racismo dentro da escola através da música.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Música; Diversidade cultural.

1 INTRODUÇÃO

¹ Professora da Rede Estadual de Educação, formada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho/PR, pós-graduada pelas Faculdades Claretianas – Campus de Batatais/SP – na área de Educação. Participante do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE – SEED – PR, turma 2010.

² Professor Doutor em Educação, pela Universidade Estadual de Maringá/PR; Docente do Colegiado de História, pertencente ao Centro de Ciências Humanas da UENP, Jacarezinho/PR.

A ausência da História Africana é uma grande lacuna nos sistemas educacionais brasileiro, trazendo consequências sobre a população brasileira, gerando um ambiente de exclusão étnica, o qual se denomina racismo.

É importante destacar que um dos desafios da escola de hoje é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional, bem como investir na superação de qualquer tipo de discriminação, através de uma abordagem crítica.

Segundo as Diretrizes Curriculares de História (2008 *apud* LIMA, 2002 p.31) a lei 10639/2003 tornou obrigatório o ensino da história da África e dos africanos no Brasil. Contudo, a formação docente em História no Brasil é limitada para essa perspectiva, uma vez que a base dessa formação está estribada na História Geral, com ênfase à Europa e ao Brasil, sendo que as condições dos africanos estão inseridas nessa última perspectiva:

Não podemos nem devemos deixar de considerar as dificuldades. Aquelas derivadas da falta de formação adequada, da falta de apoio institucional e da ausência de políticas acadêmicas específicas. Mas ainda há outras, algumas das quais que se situam no campo educacional mais geral, como os embates com as programações curriculares (ROCHA, 2009, p. 154).

Compreende-se que a ausência de subsídios para uma abordagem eficiente acerca da História da África compromete o que determina a lei. Concernente à história dos africanos no Brasil, o ensino tradicional da História reflete, didaticamente, o reprodutivismo histórico, no qual os situam como seres inferiores, ensejando a reprodução do preconceito racial ao longo dos anos. De modo que, tratar a história do negro ou dos africanos por meio de materiais alternativos e culturais passa a ser uma possibilidade aprimorada.

A Lei nº 10.639/03 determina a obrigatoriedade de estudos relacionados a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos diferentes níveis de ensino da Educação Básica, estabelecendo como conteúdo programático “o estudo da História da África e dos Africanos”, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política. Tendo em vista o que propõem as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de História e de outras disciplinas,

compreende-se que a luta contra a exclusão deve obrigatoriamente se realizar também no ambiente escolar. Isso pode se realizar através da promoção do conhecimento e do reconhecimento de todo o legado histórico-cultural afro-brasileiro, do qual se apropria, por vezes, sem compreender a extensão de sua relevância (PARANÁ, 2008).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação reza que o ensino deve estar centrado em levar informações aos alunos a fim de que o mesmo possa desenvolver seu espírito crítico e consciência do mundo em que se situa. Não obstante, apesar desse discurso, constata-se que na disciplina de História, a pedagogia ainda utilizada é a do método reprodutivista, cujas informações transmitidas são limitadas à história das civilizações, numa narrativa pobre apoiada somente na perspectiva de fatos e grandes figuras históricas.

Conforme destaca Monteiro (2004, p. 30), a História, como disciplina escolar, assumiu uma perspectiva didática, onde fatos e elementos históricos foram selecionados para que fossem passíveis de serem ensinados, conseqüentemente, legados através do tempo histórico.

Essa influência se trata de uma interpelação didática em que os professores, para oferecerem sentido ao que ensinam, utilizam de seus embasamentos teóricos da História, e para que possam construir subsídios para o saber escolar, porém de forma controlada, selecionando as informações, tal como determina o currículo, construindo assim uma história que vai ser legitimada pelos conteúdos elaborados, ou seja, pela transmissão e formação que podem ser negados ou afirmados pelos professores a partir de seus conhecimentos da história acadêmica.

A abordagem factual tem levado o ensino a uma sucessão episódica de fatos desconexos. A visão do cosmos histórico se afigura como um ínfimo ponteadado de estrelas. Este tipo de tratamento em muito empobreceu o ensino de História e contribuiu para o desenvolvimento de preconceitos a seu respeito. (GASMAN, 1997, p.13)

A grande inclinação na narração histórica veio a comprometer a história plena, limitando-a a mero espetáculo de eventos, já que o ensino de história implica outras referências utilizadas para a construção do saber histórico. Além das práticas sociais, a autora menciona as visões de mundo, os textos e as expressões histórica

que são inerentes ao cotidiano do indivíduo, como, por exemplo, filmes, documentários, museus, religião, turismo, música entre outros elementos.

Nessa mesma perspectiva temos:

Ensinar história não é ensinar repetições; é conduzir o aluno a aprender a adotar uma forma de pensamento crítico, a investigar fontes que informam os fatos, a avaliar fatos na base de critérios previamente estabelecidos, a discriminar fatos estudados sob ângulos generalizadores daqueles históricos, que procuram a individualização; é em suma levar o aluno a adquirir ou desenvolver categorias que o habilitem a situar-se a pensar historicamente. (GASMAN, 1997, p.13)

Assim sendo, é preciso criar meios para que os elementos históricos dialoguem com o saber acadêmico. No entanto, há outras formas de ingerência no saber escolar, como, por exemplo, a dimensão política e da dimensão axiológica, que determinam os valores ideais para a sociedade, essas duas perspectivas é que, muitas vezes, vão veicular o saber escolar conforme os interesses de uma classe. Desta forma, entende-se que a construção do saber histórico não envolve somente a história acadêmica.

Logo, para se oferecer um novo delineamento na elaboração da história escolar, mencionam-se algumas possibilidades que giram em torno da incisiva ideologia inserida na construção didática da história, principalmente nos livros didáticos, que comprometem os saberes e práticas dos alunos, como, por exemplo, coadunar com a história das civilizações informações mais aprofundadas sobre os eventos históricos, expondo suas causas e consequências sem a tendenciosidade evidente.

Outra perspectiva abordada por Monteiro (2004, p. 45), refere-se à valorização, igualmente, da relação da história com a cultura e memória da coletividade, pois desta forma, pode-se melhor compreender a construção social e os valores inerentes às mais diversas culturas.

Está evidente que tais dinâmicas suscitam novas possibilidades de subsídios que vão permitir aos professores e alunos uma melhor compreensão da construção histórica, como também aprimorando os saberes escolares. Consequentemente haverá novas possibilidades para efetivar o ensino da história, eliminando, possíveis

direcionamentos arbitrários que são impostos pela ideologia que é inerente à construção histórica.

Bittencourt (2008) analisa que o processo ensino/aprendizagem de história é muito amplo e que, muito além dos documentos escritos e elaborados, diversos subsídios constituem fontes históricas e que deixam evidente a dinâmica de uma sociedade. Dentre esses documentos, destaca-se a música. “No Brasil, a música popular tem sido objeto de estudos históricos preferencialmente em períodos mais recentes, pouco se pesquisando sobre outras épocas.” (BITTENCOURT, 2008, p. 381).

Não obstante ser um meio comum de se estudar história, conforme destacou Bittencourt (2008), Rüsen (2001), destaca que, independente do material utilizado para se estudar a história, permite a constituição da consciência histórica, que a formação do sentido da experiência do tempo.

Destarte, segundo as Diretrizes Curriculares de História (2008 *apud* RÜSEN, 2006 p.16), o trabalho com fontes permite o desenvolvimento da consciência histórica; assim, a música como fonte documental, pode favorecer esse desenvolvimento, pois permite ao aluno imaginar como se dinamiza o contexto expresso na canção.

Portanto, ao tender-se a um tema histórico específico, por meio da música, tem-se a possibilidade de aprofundar-se em uma realidade social e cultural de um dado momento histórico, de um povo e de uma cultura. Levando em consideração a odisseia dos negros no Brasil, por meio de estilos musicais, tem-se a possibilidade de compreender o seu atual contexto social, ainda permeado de muito preconceito racial. Segundo Abud (2005, p.312), “as músicas são representações, não se constituem em discurso neutro, mas identificam o modo como, em diferentes lugares e em diferentes tempos, uma determinada realidade social é pensada e construída.”

Van Dijk (2008) menciona que uma das formas de se utilizar a música como fonte histórica é analisá-la de forma crítica, sendo crucial, para isso a Análise Crítica do Discurso. Ele se refere a uma investigação analítica discursiva, cujo objetivo é estudar, principalmente, o abuso de poder, a dominação e a exposição das desigualdades sociais representados nos contextos de textos orais e escritas nos aspectos social e político, buscando compreender e explicitar a oposição das desigualdades existentes entre classes. Portanto, este trabalho busca dimensionar

de que forma a música pode contribuir para a superação do preconceito racial ainda tão evidente em nossa sociedade, após 120 anos da abolição.

De acordo com CABRINI (2005, p.14) existem diferenças entre ouvir música e pensar a música. Por isso que, ao propor a formação do aluno/cidadão: “o ensino de História deve organizar-se no sentido do entendimento da realidade do aluno, contribuindo para que ele se exercite no ato de pensar e de se expressar”.

A partir do reconhecimento de que a sociedade e a cultura brasileiras ainda evidenciam profundos traços de discriminação e racismo, considera-se pertinente o trabalho com a história e a cultura africana e afro-brasileira visando superar tal situação e com isso promover sua valorização bem como o respeito à diversidade cultural. A escola tem um grande poder para valorizar as diferentes culturas, saindo da visão eurocêntrica. Para se viver em harmonia em sociedade, é fundamental o respeito os diferentes grupos e culturas que a constituem.

Essa é a questão norteadora deste artigo, proposto através de uma abordagem crítica, utilizar a “música brasileira” como recurso didático nas aulas de História; visto que a música, em sua essência, é uma manifestação cultural, comum a todas as culturas e sociedades.

É fundamental compreender que a música, independente de seu estilo, oferece relevantes subsídios para diagnosticar a realidade social do negro no Brasil e evidenciar que, por meio dos contextos nela inseridos que abordam a temática, o preconceito ainda está muito presente, sendo importante instrumento didático para docentes de História utilizarem em suas aulas de modo a coibir essa prática e criarem uma sociedade mais justa e solidária.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1. A situação do negro no Brasil contemporâneo

A atual realidade social dos negros no Brasil, embora democratizada as possibilidades de acesso às possibilidades de ascensão social, como, por exemplo, a política de cotas em concursos públicos e cursos superiores, eles ainda continuam

numa batalha para a conquista da liberdade e cidadania; é possível, inclusive, mencionar que o negro conseguiu há mais de cem anos a sua liberdade jurídica, mas a social ainda precisa ser conquistada.

Depois da África, o Brasil é o país que tem a maior população negra do mundo, como também os coloca na mais inferior posição na pirâmide social. Tal contexto é histórico, pois o Brasil foi o país do mundo que recebeu a maior população de escravos e que mais tarde os libertou da escravidão. (ABRIL, 2006).

De acordo com Richard (2009), a expressão “exclusão” é a que mais bem harmoniza com a condição social do negro no Brasil, nesse contexto enquadra-se a deficiência da distribuição de renda, uma vez que dentre a população que está no contexto de exclusão social, a população negra sobressai.

Nos últimos anos, experimentou-se uma brutal concentração de renda e de poder. As elites põem em prática projetos conservadores, que recolocam o racismo na ordem do dia - quer seja através da rearticulação quer através do desmonte de políticas sociais antes destinadas aos segmentos marginalizados da população. (RICHARD, 2009, p.2)

Considerando o contexto de desmonte de políticas públicas sociais e de saúde, reforça ainda o autor que, embora atinja todos os beneficiários, os mais atingidos são os negros, bem como pelo subemprego, desemprego, fome e violência urbana e policial.

Segundo um levantamento realizado pela Pastoral da Criança (ABRIL 2006), a maior parte das crianças que vivem nas ruas na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro são negras. De acordo com esta mesma pesquisa, 80% dos jovens assassinados nas grandes cidades também são da raça negra.

Outros dados mencionados pelo IBGE (2009) refletem outros indicadores desastrosos acerca da condição social do negro no Brasil: as crianças negras e pardas morrem 2/3 a mais do que as crianças brancas; morrem 76 crianças negras ou pardas para cada mil nascimentos; sendo que essa taxa entre as crianças brancas é de 50% menos.

Concernente aos adultos a condição precária não é diferente, os negros são a população mais suscetível às desigualdades sociais. Dados do último censo do

IBGE, realizado em 2007, dão conta de que os negros economicamente ativos e quando trabalham somente 41% têm carteira assinada, como também têm menores salários se comparados com os brancos, 70% dos negros empregados formalmente ganham em média um salário mínimo e meio, enquanto os não empregados, 59% em média um salário (IBGE, 2009).

Ainda de acordo com as informações do censo (IBGE, 2009), o trabalho precoce também é comum às crianças negras e pardas, as informações veiculadas pela pesquisa revelam que 21% das crianças que se inserem no mercado de trabalho com idade de 10 a 14 anos são negras ou pardas, enquanto a taxa para os brancos são de 11%.

No que tange à educação, considerando que 20% da população nacional são consideradas analfabetas, o índice quando se refere especificamente aos negros é de 36%, bem superior se comparada à população branca que é de 14%. Já ao que se refere ao ensino superior, somente 1,5% dos negros têm acesso e deste total, somente 35 % conseguem concluir. (IBGE, 2009)

Outro aspecto levantado pelo IBGE é o de que um negro com formação acadêmica tem um salário médio 50% vezes menor que um branco com a mesma qualificação, comprovando que, no Brasil, o negro é sim alvo de preconceito racial.

Conforme se pode perceber, em todos os níveis da educação o negro tem participação pouco significativa se comparada ao branco. Esse disparate reflete sobremaneira no contexto da desigualdade social, bem como no que tange ao acesso ao emprego e aos seus direitos garantidos por leis; além, é claro, de refletir decisivamente no aspecto ideológico, visto que gera um paradigma de inferioridade do negro, refletindo preconceitos e rótulos negativos.

Por conseguinte, está evidente que a condição social do negro no exercício de sua cidadania é irregular, considerando que no Brasil mais de setenta milhões de habitantes são negros ou pardos; percebe-se que a participação pública e social desta população é ínfima. Por exemplo, não é comum ver um negro como funcionário de um banco, ou em uma instituição pública, bem como nas esferas de poder.

Os negros são a maioria dos analfabetos, dos menores salários, nas prisões, nas favelas e nos subempregos e são minoria nas

faculdades, entre os empresários, os heróis reconhecidos, os governantes, os bispos, generais, almirantes, brigadeiros e na mídia. Para corroborar essa afirmação, podemos citar Salvador, onde cerca de 60% da população é negra, mas quase não há negros na administração municipal. (BARBIERI, 2008, p.21)

Conforme se pode perceber, o negro está preterido de uma participação social maior devido, principalmente, ao sistema que o atribuiu como inferior, que o estereotipou como perigoso e não merecedor de benefícios na mesma proporção que o indivíduo branco, tal contexto foi sendo inserido na sociedade em forma de ideologia a partir da escravidão do negro no Brasil e passou a se inserir nos mais diversos discursos, sendo transmitida ao longo dos anos. Contemporaneamente, o negro traz consigo este legado que muito bem pode ser observado nas composições musicais que passarão a ser analisadas por meio deste trabalho.

2 2. A Lei 10639/03: desafios e possibilidades

Com a sanção da Lei nº 10.693, de 2003, espera-se que a escola assuma realmente o seu papel social de valorização e de difusão da cultura e da pluralidade de nossa formação étnica, comprometendo com educação popular e comunitária, uma educação multicultural, como estratégia de educação para todos, capaz de reduzir os elevados índices de evasão e de repetência dos segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira, na sua maioria constituída por pobres, negros e mestiços.

Gadotti (1992) considera que uma das tendências do mundo contemporâneo é o multiculturalismo, que deve se traduzir no respeito e valorização das diferenças socioculturais. No atual mundo de economia globalizada, ao contrário do que se previa, houve um revigoramento e uma valorização das culturas regionais e a afirmação de identidades étnico-culturais latentes que, nessa nova “aldeia global”, encontra espaço para a defesa de seu direito à diferença e reconhecimento da alteridade. Essa Lei representa um avanço ao possibilitar a construção de um

multiculturalismo crítico na escola brasileira, ao mesmo tempo em que reconhece uma luta histórica do movimento negro em nosso país, cujo movimento consiste em incluir no currículo escolar o estudo da temática “história e cultura afro-brasileira”.

Mas sabe-se que muito ainda precisa ser feito para que a Lei se torne efetiva e venha contribuir, de fato, para uma educação multicultural, pois o sistema educacional brasileiro necessita investir na qualificação do corpo docente, sobretudo os que exercem o magistério nas séries iniciais do ensino fundamental. Esses professores, na sua grande maioria de formação polivalente e sem curso superior, precisam estar habilitados a trabalhar com essa nova temática curricular. Sugere-se, para tanto, um esforço por parte dos órgãos governamentais ligados à área de promoção da igualdade racial, no sentido de oferecer, em parceria com as instâncias educacionais, cursos de extensão sobre a história da África e de cultura afro-brasileira, bem como a publicação de material didático-pedagógico que possa dar suporte técnico a atuação desses docentes no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Já em relação à Educação Superior, poderia se fazer uma maior ingerência junto ao CNE para que, no currículo mínimo obrigatório dos cursos da área de humanidades e ciências sociais, esteja presente a disciplina “História da África”. Entretanto, consideramos que não basta apenas introduzir o estudo dessa disciplina no currículo desses cursos. Há que se pensar, também, na formação de profissionais em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) na temática dos estudos afro-brasileiros, a fim de contribuir com avanços na pesquisa científica dessa área.

2 3. Ensino de História na atualidade

O ensino de História atual tem como meta a utilização de diferentes linguagens como fontes históricas, isto é, para além dos livros didáticos tradicionais, em que se priorizavam os conteúdos de natureza política e enalteciam os “heróis” nacionais, considerados os únicos sujeitos da História. Nessa nova abordagem, o ensino de história passou a dar voz e vez ao homem comum, até então marginalizado e não considerado como sujeito histórico e isso passou a exigir dos

professores uma reflexão sobre sua prática em sala de aula, aprofundamento do conhecimento e permanente atualização. Sob uma perspectiva de inclusão social, essa disciplina deve considerar a diversidade cultural, de modo que busque contemplar demandas em que também se situam os movimentos sociais organizados e destacam os seguintes aspectos:

- O cumprimento da Lei n. 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira, seguidas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- O cumprimento da Lei n. 11.645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil.

A análise histórica da disciplina e as novas demandas sociais para o ensino de História se apresentam como indicativos metodológicos, já que possibilitam reflexões a respeito dos contextos históricos em que os saberes foram produzidos e repercutiram na organização do currículo da disciplina.

2 4. A música nas aulas de História: uma proposta didático-pedagógica

A música como fonte histórica e recurso didático, contempla às novas linguagens e abordagens que a metodologia da História atual exige. Conforme afirma Abud:

“(...) no processo de aprendizagem as fontes se transformam em recursos didáticos, na medida em que são chamadas para responder perguntas e questionamentos adequados aos objetivos da história ensinada”. (ABUD, 2005, p.310).

Pensar a música que fazia crítica social a uma realidade de determinado período da História do Brasil é analisar em que contexto histórico vivia os compositores e cantores da época. Ao propor a formação do aluno/cidadão: “o ensino de História deve organizar-se no sentido do entendimento da realidade do

aluno, contribuindo para que ele se exercite no ato de pensar e de se expressar” (CABRINI, 2005, p.14).

Portanto, a música é uma possibilidade de superar a apatia e desinteresse dos alunos pelo saber, devido muitas vezes, à vivência de uma realidade desalentadora que impede o aluno de se perceber como sujeito histórico. Pensar a linguagem musical de determinado período da História, não é tarefa simples; “no processo de transformação da música para ser ouvida em música para ser compreendida, é importante acompanhar a produção historiográfica sobre a música e entender como os historiadores a pensam”. Assim, somente a investigação e a pesquisa histórica, permitirão a análise do contexto em que viviam compositores e cantores da época e o esclarecimento dos fatos abordados nas composições.

Por isso é importante que “o professor conheça a história da música, se possível, especialmente a história da música no Brasil.” (BITTENCOURT, 2008, p. 380). e ao verificar que a História é construção feita pelo sujeito e que mesmo uma canção, precisa ser analisada e pensada sobre a ideologia que a mesma transmite.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIAS: PROPOSTA METODOLÓGICA

O projeto e a produção didático-pedagógica foram aplicados com os alunos do 1º ano do Ensino Médio, no Colégio Estadual Silvio Tavares, na cidade de Cambará, PR, sendo objetivo deste abordar o racismo dentro da escola através da música.

Este trabalho foi aplicado por meio de uma abordagem crítica utilizando a “música brasileira” como recurso didático nas aulas de história, visto que a música, em sua essência é uma manifestação cultural. É relevante mencionar que as canções que foram analisadas situam-se em períodos históricos distintos, como podemos observar na canção de Lamartine Babo, “O Teu Cabelo Não Nega Mulata” de 1931, e “Respeitem Meus Cabelos Brancos” de Chico César, lançada em 2002, essa canções foram compostas em períodos distintos, porém, com o mesmo conceito ideológico.

A metodologia seguiu as orientações das Diretrizes Curriculares, relacionada à História Temática, privilegiando conteúdos da História do Brasil e de acordo com o

Projeto Político Pedagógico do Colégio. O conteúdo exposto em sala de aula foi feito através de músicas, vídeos, depoimentos de pessoas, leitura de textos que abordavam o tema do projeto e aula expositiva. Os conteúdos foram selecionados de forma a oferecer aos alunos a oportunidade de aprenderem História pela análise das letras das músicas e analisarem a linguagem musical como forma e expressão de lutas e de experiência histórica.

Os alunos pesquisaram determinadas músicas, com um roteiro pré-elaborado, para posterior apresentação em sala. Os resultados das pesquisas sobre as músicas, foram socializados com os demais alunos do Colégio por meio de mural e discutido com a turma em mesa-redonda no dia da Consciência Negra, complementando com a análise do significado desta data, também foram apresentados vídeos das músicas na TV multimídia e o ensaio das mesmas.

As músicas pesquisadas eram algumas desconhecidas, outras não tanto as músicas, quanto o sentido atribuído a elas. Portanto segundo Pinski:

Cabe ao professor (...), aproximar o aluno dos personagens concretos da História, sem idealização, mostrando que gente como a gente vem fazendo História. Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica” (PINSKY, 2010, p. 28)

Houve a apresentação de algumas músicas pré-selecionadas da década de 30, para que pudessem discutir se havia preconceito ou não. Também foram apresentadas músicas atuais para que ocorresse a mesma discussão. Após esta discussão em sala de aula, solicitei aos alunos, que pesquisassem com seus pais ou até mesmo seus avôs, músicas diferentes que tratassem do assunto, para serem discutidas dentro da sala.

Após a pesquisa e discussão, os próprios alunos elencaram músicas atuais que trataram da temática. O próximo passo foi a confecção de painel para a exposição das letras das músicas, procurando demonstrar que as letras das músicas antigas tinham preconceitos embutidos, porém não eram vistas como tal; apenas “engraçadas” e que, as atuais, muitas vezes, provocam o preconceito, bem como aquelas que lutam contra o mesmo.

Para finalizar o trabalho aconteceu uma mesa-redonda entre os alunos de outras salas e a turma que realizou o trabalho expôs tudo que foi aprendido e demonstrou que a escola não deve ser lugar de preconceito. Para a realização deste trabalho foi necessário o uso de rádios, CDs, computadores, papel entre outros. As músicas selecionadas foram buscadas em sites como: www.mpbnet.com.br; www.letras.terra.com.br e em outros sites que os alunos conheciam.

Analisando as atividades realizadas pude perceber a empolgação dos alunos em realizar as atividades utilizando a música como recurso didático e constatei que é possível ensinar História por meio da música. Alguns alunos no início mostraram-se resistentes a participar das atividades propostas, mas foi gratificante ver que acabaram se envolvendo, sendo possível atingir o objetivo primordial deste projeto, deixando claro que em algumas situações foi necessário fazer readaptações para atingir o objetivo proposto.

Dando continuidade ao trabalho foi elaborada uma Unidade Temática que oportunizou aos professores a análise e discussão dos resultados da pesquisa realizada. Isso permitiu que os conceitos trabalhados fossem problematizados e reconstruídos, contribuindo, assim, para formar uma visão crítica e fundamentada sobre a superação do preconceito racial.

Foram apresentadas atividades que envolveram o trabalho coletivo, que buscou transformar o fazer pedagógico em um trabalho solidário, e uma prática coletiva interdisciplinar com qualidade social, na perspectiva da transformação da sociedade. A escola tem um grande poder para valorizar as diferenças culturais, e instruir os educandos que, para se viver em harmonia em sociedade, é fundamental o respeito aos diferentes grupos e culturas que se constituem.

Contemporaneamente, o negro traz consigo um legado que pode ser muito bem observado nas composições musicais que foram analisadas. Foram incorporados novos referenciais teóricos à prática pedagógica, ao utilizar a música para enfatizar o preconceito e a diversidade racial, para que os alunos pudessem compreender a realidade preconceituosa ainda presente na sociedade. Os alunos tiveram a oportunidade de escolher uma música para que pudessem ler e entender sua mensagem e pesquisar imagens na internet, ilustrando o que a mensagem que a letra da música transmitia.

Por meio deste projeto, foi possível abordar a valorização da cultura afro-brasileira tendo, a música como questão central, e fazer sua contextualização, de

forma que os alunos entendessem como era a vida em sociedade na década de 30, qual era o pensamento sobre a diversidade cultural, e como o preconceito era visto naquele período histórico. Desenvolveu-se um trabalho que transformou o fazer pedagógico em um trabalho solidário, e uma prática coletiva, sendo possível valorizar as diferenças culturais, saindo da visão eurocêntrica estabelecendo o respeito aos diferentes grupos e culturas que se constituem no espaço escolar.

CONCLUSÃO

Este artigo científico demonstra que é possível realizar um trabalho com os discentes, tendo a música como fonte e recurso didático nas aulas de História. É necessário levar em conta que embora a maioria das músicas seja desconhecida para os alunos, o contexto ideológico fica evidente.

Portanto, cabe ao docente direcionar os alunos para que esses tenham acesso às letras e canções, podendo assim, fazer relações com diversos períodos históricos do Brasil, em que o racismo esteve em evidência. Este trabalho muito contribuiu para identificar preconceitos e estereótipos presentes na escola, realizar debates e desenvolver novos projetos educacionais que reconheçam e valorizem a cultura negra. A escolha deste tema foi positiva, pois pode auxiliar todos os professores que são comprometidos com o combate ao preconceito no interior das escolas.

Segundo as Diretrizes Curriculares para o Ensino de História do Paraná o processo educativo e a avaliação devem se fazer presente tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assumiu uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitiu que houvesse uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para cumprir essa função, a avaliação possibilitou o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolveu o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabeleceu o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas.

O trabalho avaliativo teve como base os avanços alcançados com relação aos objetivos que foram propostos no início e através das mudanças comportamentais dos alunos com relação ao preconceito e ao racismo. Portanto, é importante lembrar que a avaliação situou-se entre a intenção e o resultado e que não se diferenciou da atividade de ensino, porque ambas têm o intuito de ensinar.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **Registro e Representação do cotidiano: A música popular na aula de história.** Caderno Cedes. Campinas: Unicamp, vol. 25, n.67, set/dez.2005

ABRIL, Almanaque. **Brasil 2005.** São Paulo: Abril, 2006.

BARBIERI, Edison, **As condições de vida dos negros no Brasil.** Revista Mundo e Missão. São Paulo, s.d. 2008

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CABRINI, Helenice Ciampi Conceição. **ENSINO DE HISTÓRIA: histórias e vivências** In: CERRI Luis Fernando, org. O ensino de história e a ditadura militar Curitiba: Aos quatros Ventos, 2005. 2ª ed.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos.** Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 23.

GASMAN, Lydinéia. Documentos **Históricos Brasileiros.** Brasília: Ministério da Educação e Cultural, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Dados Censitários.** 2009. Disponível em www.ibge.org.br/~censo2007. Acesso em 23/03/2011.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Os Sentidos do Ensino da História.** São Paulo: Cortez, 2004.

PARANÁ, **Diretrizes Curriculares para o Ensino de História**, Secretaria Estadual de Educação, Curitiba, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanzi. **Por uma História prazerosa e conseqüente**. In: Karnal, Lendro (org) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: contexto, 2003

RICHARD, Ivan. **Situação do negro no Brasil contemporâneo**. 2009 Disponível em www.surysur.com.br/artigosjuridicos?. Acesso em 23.03.2011.

ROCHA, Helenice, et al. **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

FONTES:

BABO, Lamartine. **O teu cabelo não nega**.

BALEIRO, Zeca. **Nega, neguinha**.

CÉSAR, Chico. **Respeitem meus cabelos, brancos**.

GIL, Gilberto. **A mão da limpeza**.

O PENSADOR, GABRIEL. **Racismo é burrice (Nova versão de Lavagem Cerebral)**

SITES VISITADOS:

<http://www.lettras.terra.com.br>

http://www.latinoamericano.jor.br/musica_brasil_mpb_ditadura.html

<http://franklinmartins.com>

